



ATIVIDADE LEGISLATIVA E PARLAMENTAR

XII LEGISLATURA

3.^a Sessão Legislativa (15 de setembro de 2013 a 25 de julho de 2014)

VERSÃO PROVISÓRIA



Direção de Serviços de Documentação,
Informação e Comunicação

DILP

Divisão de Informação
Legislativa e Parlamentar

1. COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	3
1.1 Composição da AR	3
2. ATIVIDADE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	4
2.1 Atividades da Presidente da Assembleia da República	4
2.2 Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente e Debates	5
2.3 Atividade das Comissões Parlamentares	6
2.3.1 Comissões Especializadas Permanentes e Subcomissões	6
2.3.2 Comissões Eventuais e Comissões Eventuais de Inquérito	7
3. ATIVIDADE LEGISLATIVA	8
3.1 Projetos e Propostas de Lei	8
3.2 Projetos e Propostas de Resolução	11
4. ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	12
4.1 Apreciações Parlamentares	12
4.2 Moções e Interpelações ao Governo	13
4.3 Perguntas e Requerimentos	14
4.3.1 Perguntas	14
4.3.2 Requerimentos	15
4.4 Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XII/3ª	17
4.5 Inquéritos Parlamentares	18
4.6 Declarações Políticas e Direito Individual do Deputado	19

1. COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1.1 Composição da AR

A 3ª sessão legislativa da XII legislatura teve início no dia 15 de setembro de 2013, tendo a 1ª reunião plenária sido realizada no dia 16 de setembro de 2013.

Face à distribuição dos eleitos em 2011 (60 mulheres e 170 homens), notou-se um acréscimo do número de mulheres a exercer mandato durante a sessão em análise. Efetivamente, a 25 de julho de 2014 eram Deputados efetivos 69 mulheres e 161 homens, o que significou uma percentagem de 30% de mulheres a exercer mandato.

Tabela 1
Composição da AR

Autor	Eleitos			Efetivos em 25/07/2014		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
PSD	77	31	108	75	33	108
PS	57	17	74	53	21	74
CDS-PP	19	5	24	19	5	24
PCP	12	2	14	10	4	14
BE	4	4	8	3	5	8
PEV	1	1	2	1	1	2
Total	170	60	230	161	69	230

Gráfico 1
Eleitos por Grupo Parlamentar

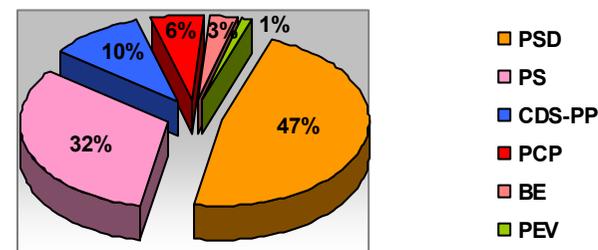


Gráfico 2
Deputados por Género Eleitos

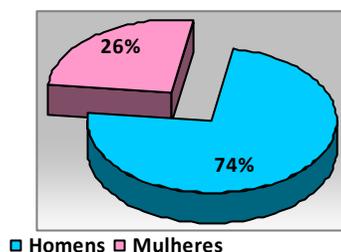
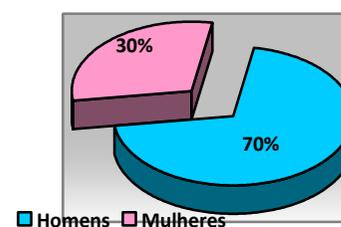


Gráfico 3
Deputados por Género Efetivos em 25/07/2014



2. ATIVIDADE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2.1 Atividades da Presidente da Assembleia da República

Durante a 3ª sessão legislativa da XII legislatura, a Presidente da Assembleia da República presidiu a 131 reuniões (Plenárias, Conferências de Líderes e de Presidentes das Comissões Parlamentares) e cumpriu um programa com duas deslocações internacionais em missão parlamentar – a participação na Assembleia Parlamentar da CPLP, em Luanda, e uma reunião em Bruxelas, com o Presidente da Comissão Europeia - e 72 audiências a entidades nacionais e estrangeiras.

Entre as entidades recebidas pela PAR em audiência, destacam-se vários autores de petições, a Missão Conjunta CE/BCE/FMI, membros do corpo diplomático acreditado em Portugal, chefes de Estado e de Governo, designadamente o Presidente de Timor-Leste, o Primeiro-Ministro do Luxemburgo, o Presidente da República de Singapura, o Presidente do México, o Presidente da República Federal da Alemanha, o Presidente da República de Moçambique e Suas Majestades os Reis de Espanha, bem como Sua Alteza o Príncipe Aga Khan.

Tabela 2
Atividades da Presidente da Assembleia da República

Atividades		Nº de Atividades
Presidência de Reuniões (Plenárias, Conferência de Líderes e de Presidentes das Comissões Parlamentares)		131 ¹
Audiências a Entidades Nacionais		39
Audiências a Entidades Estrangeiras		33
Deslocação em Missão Parlamentar Nacional		32
Deslocação em Missão Parlamentar Internacional	Multilateral	1
	Bilateral	1
Participação em outros atos na Assembleia da República ²		45
Total		282

¹ Na XII/3ª decorreram 105 Reuniões Plenárias, 22 Reuniões da Conferência de Líderes e 4 Reuniões dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

² Tomadas de posse, comemoração de efemérides, colóquios, divulgação cultural.

2.2 Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente e Debates

Durante a 3ª sessão legislativa da XII legislatura e até 25 de julho de 2013, realizaram-se 105 reuniões plenárias. Entre os debates realizados, assumem especial importância do ponto de vista quantitativo os realizados para debate de iniciativas legislativas, que tiveram lugar em 88 reuniões.

A sessão solene referida na tabela 3 foi a Sessão Solene Comemorativa do XL Aniversário do 25 de abril.

A Comissão Permanente, que reúne fora do período de funcionamento da AR, não reuniu no período em análise.

Tabela 3
Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente e Debates

Reuniões	Tipo	Nº Reuniões	Debates		Nº Debates
Plenárias	Ordinárias	104	Debates com o Governo	Debate do Estado da Nação ³	1
				Debate Quinzenal com 1º Ministro ⁴	12
				Debate com o 1º Ministro antes do Conselho Europeu ⁵	4
				Debate com os Ministros ⁶	1
			Outros Debates	Debate de Atualidade ⁷	5
				Debate de Urgência ⁸	1
				Debate Político Potestativo ⁹	-
				Declaração do Governo ¹⁰	-
				Processos Contas Públicas (Orientação Política Orçamental, Conta Geral do Estado e Programa de Estabilidade e Crescimento)	1
	Participação de Portugal na União Europeia	-			
Debates de Iniciativas Legislativas	-	88			
Solenes	1	-	-	1	
Comissão Permanente	-	-	Debate em Comissão Permanente	-	-
Total		105			114

³ Ao abrigo do artigo 228º do RAR.

⁴ Ao abrigo do artigo 224º do RAR.

⁵ Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia.

⁶ Ao abrigo do artigo 225º do RAR.

⁷ Ao abrigo do artigo 72º do RAR.

⁸ Ao abrigo do artigo 74º do RAR.

⁹ Ao abrigo do artigo 64º do RAR.

¹⁰ Ao abrigo do n.º 2 do artigo 78º do RAR.

2.3 Atividade das Comissões Parlamentares Permanentes¹¹

2.3.1 Comissões Parlamentares Permanentes e Subcomissões

Estiveram em funcionamento 12 comissões permanentes, número fixado obedecendo ao definido legalmente no início da legislatura, por Deliberação do Plenário da AR.

O elevado número de reuniões realizadas (832), bem como as 516 audições efetuadas – número que inclui as audições com membros do Governo e com os responsáveis por entidades públicas e as audições no âmbito do processo legislativo - é revelador da importância do trabalho realizado em comissão.

Tabela 4
Comissões Parlamentares Permanentes e Subcomissões
Reuniões/Horas Reuniões/Audições/Audiências/Visitas e Deslocações/Conferências, Colóquios e Seminários

Nº Comissão	Comissões Permanentes e Subcomissões	Nº Reuniões	Nº Horas Reuniões	Nº Audições	Nº Audiências	Nº Visitas e Deslocações	Nº Conferências, Colóquios e Seminários
1ª	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	79	173:02	37	16	31	5
	Subcomissão de Igualdade	19	38:20	12	7	3	-
2ª	Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	52	96:02	15	41	9	3
3ª	Defesa Nacional	56	110:09	26	16	22	1
4ª	Assuntos Europeus	50	111:24	26	18	14	1
5ª	Orçamento, Finanças e Administração Pública	108	318:30	121	44	6	1
6ª	Economia e Obras Públicas	62	157:48	45	5	12	5
7ª	Agricultura e Mar	66	150:18	61	20	2	-
8ª	Educação, Ciência e Cultura	109	230:16	52	49	30	14
9ª	Saúde	44	162:09	12	48	3	2
10ª	Segurança Social e Trabalho	66	95:17	43	26	9	-
11ª	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	59	107:46	38	3	-	-
12ª	Ética, Cidadania e Comunicação	62	97:01	28	3	4	1
Total		832	1846,42	516	296	145	33

¹¹ Estes dados encontram-se atualizados à data de 24 de Julho de 2014.

2.3.2 Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito

Na 3ª sessão da XII legislatura foram constituídas duas comissões eventuais de inquérito – a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II) (CPIPRAEM) -, tendo a primeira concluído os seus trabalhos ainda durante a sessão, a 9 de julho de 2014. Mantiveram-se em funcionamento a Comissão de Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, a X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate e a Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público, tendo esta última concluído os trabalhos em 6 de fevereiro de 2014.

Considerando o elevado número de agendamentos da CPIPRAEM até ao final da sessão, designadamente para efeito de audições, estima-se que os números refletidos na tabela abaixo venham a aumentar substancialmente, revelando a importância assumida por esta forma de exercício da atividade de fiscalização parlamentar.

Tabela 5
Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito
Reuniões/Horas Reuniões/Audições/Audiências

Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito		Nº Reuniões	Nº Horas Reuniões	Nº Audições	Nº Audiências
Eventuais	Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal	11	22:05	7	1
Eventuais de Inquérito	Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público	32	73:54	17	-
	X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate	16	36:00	14	-
	Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo	27	72:34	18	-
	Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II)	22	95:39	-	-
Total		108	299:32	56	1

3. ATIVIDADE LEGISLATIVA

3.1 Projetos e Propostas de Lei

Foram aprovadas 56 leis e 1 lei orgânica. Dos 306 projetos de lei transitados da sessão anterior para a presente sessão e entrados durante a mesma, 15 deram origem a lei. Das 100 propostas de lei transitadas da sessão anterior para a presente sessão e entradas durante a mesma, 48 deram origem a lei.

Ao contrário do sucedido nas sessões legislativas que precederam, no período em apreço, não deu entrada nenhuma iniciativa legislativa de cidadãos, tendo transitado uma da sessão anterior sobre “Proteção dos direitos individuais e comuns à Água”, cuja apreciação não se encontrava concluída à data de edição da presente estatística.

Destaca-se a aprovação da Lei n.º 15/2014, de 21 de março - Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde -, da autoria de todos os grupos parlamentares, primeiro resultado do trabalho de simplificação legislativa, que, sob o impulso da PAR, a AR se propôs levar a cabo nesta legislatura.

O veto registado na tabela diz respeito ao Decreto n.º 187/XII, que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações, vetado por inconstitucionalidade. Promovidas alterações, o Decreto foi reapreciado e aprovado, transformando-se na Lei n.º 11/2014, de 6 de março.

Deram entrada dois projetos de revisão constitucional, o primeiro subscrito pelos Deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma da Madeira, designado “Autonomia Século XXI (Renovar Abril)”, e o segundo da autoria do Deputado Rui Barreto (CDS-PP), com o título “Mais Autonomia, Melhor Democracia”.

Tabela 6
Projetos e Propostas de Lei

Iniciativas	Autor	Transitadas para XII/3ª	Entradas XII/3ª	Discutidas Generalidade	Aprovadas Votação Generalidade	Rejeitadas Votação Generalidade	Aprovadas Votação Final Global	Veto PR	Iniciativas deram origem a Lei	Leis
Projeto de Revisão Constitucional	PSD ¹²	-	1	-	-	-	-	-	-	57 ¹³
	CDS-PP ¹⁴	-	1	-	-	-	-	-	-	
	Total	-	2	-	-	-	-	-	-	
Projetos de Lei	PSD	4	6	8	5	-	-	-	-	
	PSD/PS/CDS-PP/BE/PEV	-	1	-	1	-	1	-	-	
	PSD/CDS-PP	4	26	19	20	-	21	-	7	
	PS	22	28	25	11	12	6	-	3	
	CDS-PP	2	2	2	1	-	-	-	-	
	PCP	35	90	46	8	40	4	-	1	
	BE	34	39	40	7	32	8	-	2	
	PEV	5	5	7	-	4	-	-	-	
	Todos GP	0	2	2	2	-	2	-	2	
	Iniciativa Legislativa Cidadãos	1	-	-	-	-	-	-	0	
Total	107	199	149	55	88	42	-	15		
Propostas de Lei	Governo	14	64	68	71	-	66	1	48	
	ALRA Açores	7	3	2	2	-	1	-	-	
	ALRA Madeira	9	3	-	-	-	-	-	-	
	Total	30	70	70	73	-	67	1	48	
Total	137	271	219	128	88	109	1	63		

¹² Apresentado pelos Deputados Guilherme Silva, Cláudia Monteiro de Aguiar, Correia de Jesus e Hugo Velosa (PSD).

¹³ Inclui uma Lei Orgânica e uma Lei que teve origem na Apreciação Parlamentar n.º 67/XII/3 (PCP).

¹⁴ Apresentado pelo Deputado Rui Barreto (CDS-PP).

Gráfico 4
PJI Entradas na XII/3ª

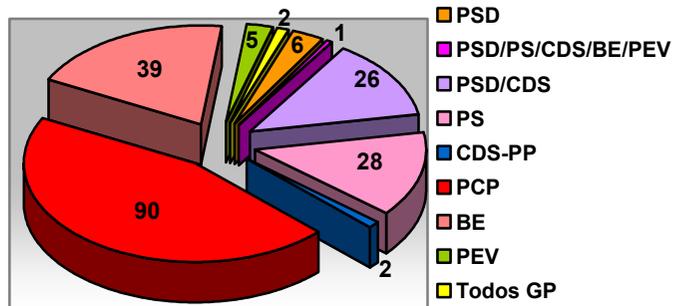


Gráfico 5
PJI Aprovadas em VG na XII/3ª

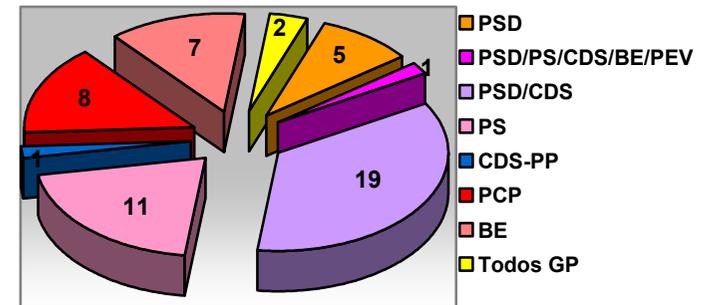


Gráfico 6
PJI Aprovadas em VFG na XII/3ª

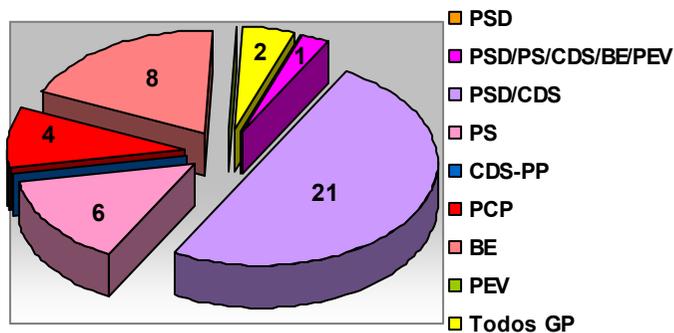
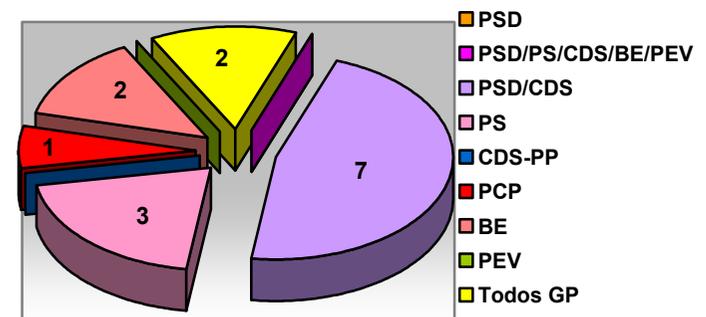


Gráfico 7
PJI que deram origem a Lei na XII/3ª



3.2 Projetos e Propostas de Resolução

A Constituição define, no artigo 166.º, resolução como o ato da AR que não revista a forma de lei ou moção e determina que as resoluções são publicadas independentemente de promulgação. Foram apresentados na presente sessão 292 projetos e propostas de resolução, os quais conjuntamente com os 110 transitados da sessão anterior, deram origem a 92 resoluções.

Por se tratar de proposta de referendo, o Projeto de Resolução n.º 857/XII (PSD) - Propõe a realização de um referendo sobre a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto - foi objeto de fiscalização preventiva obrigatória do Tribunal Constitucional, o qual se pronunciou pela sua inconstitucionalidade e ilegalidade.

Tabela 7
Projetos e Propostas de Resolução

Iniciativas	Autor	Transitadas para XII/3ª	Entradas na XII/3ª	Rejeitadas	Aprovadas	Iniciativas que deram origem a Resolução	Resoluções AR
Projetos de Resolução	PAR	1	11	-	11	11	92
	PAR e Todos GP	-	1	-	1	1	
	PSD	5	7	-	9	9	
	PSD/PS	-	1	-	1	1	
	PSD/CDS-PP	4	16	-	16	16	
	PS	13	38	22	16	14	
	CDS-PP	14	4	-	7	7	
	PCP	30	83	64	10	9	
	BE	30	90	61	7	6	
	PEV	7	26	24	5	5	
	Todos GP	-	2	-	2	2	
	CAE	-	1	-	1	-	
Total		104	280	171	86	81	
Propostas de Resolução	Governo ¹⁵	6	12	-	16	13	
	Total	6	12	-	16	13	
Outros Processos que dão origem a Resolução	Designação de Titulares de Cargos Exteriores AR ¹⁶					11	
	Apreciação Orçamento e Conta da AR					3	
	Conta Geral do Estado					1	
	Inquérito Parlamentar					1	
	Total					16	
Total		110	292	171	102	97	

¹⁵ Todas as Propostas de Resolução de iniciativa governamental visaram aprovar Acordos, Convenções, Protocolos ou Tratados Internacionais.

¹⁶ Eleições para a Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte (APNATO), Fórum Parlamentar Ibero-Americano (FPIA), União Interparlamentar (UIP), Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM), Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE), Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), Conselho de Estado, Conselho Superior de Defesa Nacional, Comissão Nacional de Eleições, Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado, Conselho Superior de Informações, Conselho Superior de Segurança Interna, Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, Conselho Superior do Ministério Público, conselho geral do Centro de Estudos Judiciários, conselho pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, Conselho Económico e Social, Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Conselho Superior da Magistratura, Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S. A., Comissão Nacional de Proteção de Dados.

4. ACTIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO**4.1 Apreciações Parlamentares**

A Constituição determina, no n.º 1 do artigo 169.º, que os decretos-leis, salvo os aprovados no exercício da competência legislativa exclusiva do Governo, podem ser submetidos a apreciação da AR, para efeitos de cessação de vigência ou de alteração. Com esse propósito, na presente sessão, foram apresentadas 40 apreciações parlamentares, que se juntaram às 10 transitadas da sessão legislativa anterior. Deste total, foram apreciadas em Plenário 15 iniciativas deste tipo, das quais quatro foram aprovadas.

Foi aprovada uma lei com origem em apreciação parlamentar do GP do PCP – a Lei n.º 7/2014, de 12 de fevereiro, que operou a primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro, que procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.

Tabela 8
Apreciações Parlamentares

Autor	Transitadas para XII/3ª	Entradas XII/3ª	Caducadas	Apreciadas Plenário	Aprovadas	Leis
PSD	-	-	-	-	-	1
PS	3	18	3	3	2	
CDS-PP	-	-	-	-	-	
PCP	7	22	9	12	2	
BE	-	-	-	-	-	
PEV	-	-	-	-	-	
Total	10	40	12	15	4	

4.2 Moções e Interpeleções ao Governo

Na 3ª sessão da XII legislatura, foi apresentada uma moção de censura, pelo GP do PCP, com o objetivo de “travar a política de exploração e empobrecimento, construir uma política patriótica e de esquerda”. A moção foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor das demais bancadas.

De acordo com o estabelecido na Constituição e no RAR, cada GP pode provocar, por meio de interpelação ao Governo, a abertura de dois debates em cada sessão legislativa sobre assunto de política geral ou sectorial. Nesta sessão legislativa, realizaram-se cinco interpelações, seguindo-se a indicação dos respetivos temas e GP que as desencadearam: “Precariedade laboral” (BE); “Pobreza e desigualdades sociais” (PS); “Balanço do PAEF, avaliação da ação da troika em Portugal e a transição para o pós-troika” (BE); “A grave situação económica e social do país e a política alternativa necessária para a solução dos problemas nacionais” (PCP) e “Funções sociais do Estado e serviços públicos de qualidade e proximidade ao serviço das populações” (PCP).

Tabela 9
Moções e Interpeleções ao Governo

Autor	Interpeleções	Moções Confiança			Moções Censura		
	Entradas	Entradas	Aprovadas	Rejeitadas	Entradas	Aprovadas	Rejeitadas
Governo	-	-	-	-	-	-	-
PSD	-	-	-	-	-	-	-
PS	1	-	-	-	-	-	-
CDS-PP	-	-	-	-	-	-	-
PCP	2	-	-	-	1	-	1
BE	2	-	-	-	-	-	-
PEV	-	-	-	-	-	-	-
Total	5	-	-	-	1	-	1

4.3 Perguntas e Requerimentos¹⁷

O poder dos Deputados de “requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato” encontra-se consagrado no art.º 156.º da Constituição. O Governo e Administração Pública devem responder com a urgência que a questão justificar, não devendo a resposta exceder os 30 dias.

4.3.1 Perguntas

Das 993 perguntas transitadas da sessão legislativa anterior, foram respondidas 301 durante esta sessão, o que representa uma taxa de resposta de 30%.

Durante a sessão e até 25 de julho, foram formuladas pelos diversos GP 2141 perguntas, tendo sido respondidas 1238. A taxa de resposta cifra-se assim nos 58%, valor significativamente mais baixo do que a taxa registada na sessão legislativa anterior, de 72%.

Tabela 10
Perguntas Transitadas para a XII/3ª e Formuladas na XII/3ª

Autor	Transitadas para a XII/3ª	Respondidas na XII/3ª	Não Respondidas na XII/3ª	Formuladas na XII/3ª	Respondidas na XII/3ª	Não Respondidas na XII/3ª	Retiradas/ Devolvidas na XII/3ª
PSD	82	30	52	97	55	39	3
PS	238	39	199	331	178	146	7
CDS-PP	59	19	40	120	53	63	4
PSD/CDS-PP	-	-	-	1	-	1	-
PCP	373	135	238	984	586	388	10
BE	213	67	146	492	287	195	10
PEV	28	11	17	116	79	36	1
Total	993	301	692	2141	1238	868	35

¹⁷ Estes dados encontram-se atualizados à data de 24 de Julho de 2014.

Gráfico 10
Perguntas Formuladas na XII/3ª

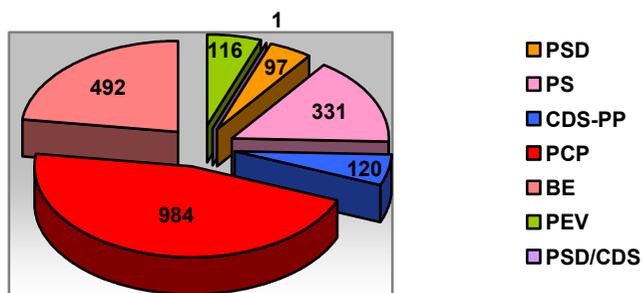
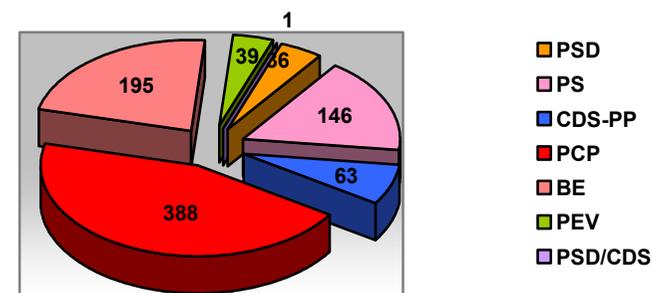


Gráfico 11
Perguntas Formuladas na XII/3ª e Não Respondidas



4.3.2 Requerimentos

Os requerimentos são classificados segundo a entidade a que se destinam em: AC- Ao Governo/Administração Central; AL – A Órgãos das Autarquias Locais; AR - A Órgãos da Assembleia da República; EI - A Entidades Independentes; RA – A Órgãos das Regiões Autónomas.

Transitaram da sessão legislativa anterior 2768 requerimentos, tendo 47 merecido resposta.

Tabela 11
Requerimentos Transitados para a XII/3ª

Autor	Transitados para a XII/3ª						Respondidos na XII/3ª						Não Respondidos na XII/3ª					
	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total
PSD	17	507	2	-	-	526	2	13	-	-	-	15	15	494	2	-	-	511
PS	19	180	2	-	1	202	2	-	-	-	-	2	17	180	2	-	1	200
CDS-PP	1	1123	2	-	-	1126	0	1	-	-	-	1	1	1122	2	-	-	1125
PCP	22	3	-	-	-	25	4	-	-	-	-	4	18	3	-	-	-	21
BE	51	812	13	-	-	876	17	8	-	-	-	25	34	804	13	-	-	843
PEV	-	-	13	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	13
Total	110	2625	32	-	1	2768	25	22	-	-	-	47	85	2603	32	-	1	2721

Foram formulados nesta sessão legislativa 127 requerimentos AC, 4115 AL, 10 EI, 0 AR e 2 RA num total de 4254. Destes foram respondidos 56 AC, 710 AL e 6 EI num total de 772, o que representa uma taxa de resposta na ordem dos 18%. Ao longo desta legislatura, a taxa de resposta aos requerimentos tem vindo a descer de forma muito significativa, tendo passado de 64% na 1ª sessão legislativa e de 39,3% na 2ª sessão legislativa para os 18% agora registados. Este abaixamento ocorre sobretudo por influência da diminuta taxa de resposta registada nos requerimentos AL, que se cifrou nos 17% na sessão legislativa em análise, e da elevada proporção deste tipo de requerimentos em relação aos demais.

Tabela 12
Requerimentos Formulados na XII/3ª

Autor	Formulados na XII/3ª						Respondidos na XII/3ª						Não Respondidos XII/3ª						Retirados/Devolvidos
	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total	
PSD	6	13	2	-	-	21	2	5	1	-	-	8	4	8	1	-	-	13	-
PS	29	10	-	-	2	41	14	-	-	-	-	14	13	10	-	-	2	25	2
CDS-PP	-	692	1	-	-	693	0	202	1	-	-	203	-	486	-	-	-	486	4
PCP	45	-	-	-	-	45	26	-	-	-	-	26	19	-	-	-	-	19	-
BE	46	3400	7	-	-	3453	14	503	4	-	-	521	30	2894	2	-	-	2926	6
PEV	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1
Total	127	4115	10	-	2	4254	56	710	6	-	-	772	66	3398	3	-	2	3469	13

Gráfico 12
Requerimentos Formulados na XII/3ª

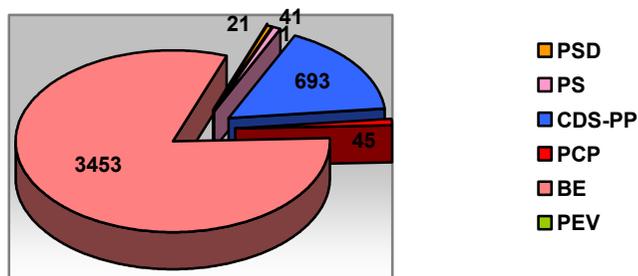
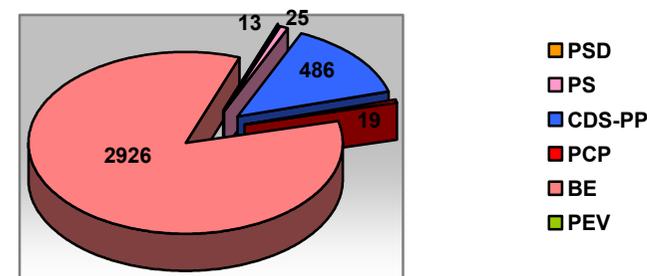


Gráfico 13
Requerimentos Formulados na XII/3ª e Não Respondidos



4.4 Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XII/3ª

Deram entrada 128 petições, valor superior ao registado em período homólogo da sessão legislativa anterior (117), que se juntaram a outras 66 transitadas para a presente sessão. Do somatório destes dois conjuntos de petições, 46 foram discutidas em Plenário, tendo ficado 77 petições pendentes.

Tabela 13
Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XII/3ª

Legislatura	Transitadas para a XII/3ª	Entradas na XII/3ª	Concluídas na XII/3ª		Pendentes na XII/3ª
			Total	Discutidas Plenário	
XI Legislatura	1	-	-	-	1
XII Legislatura / 1ª Sessão	13	-	9	3	4
XII Legislatura / 2ª Sessão	52	-	38	27	14
XII Legislatura / 3ª Sessão	-	128	70	16	58
Total	66	128	117	46	77

4.5 Inquéritos Parlamentares

Foram apresentadas três iniciativas com vista à realização de inquéritos parlamentares: uma do PS, que resultou na constituição da comissão parlamentar de inquérito aos programas relativos à aquisição de equipamentos militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II); uma conjunta de PS, PCP, BE, PEV, que levou à constituição da comissão parlamentar de inquérito para apuramento das responsabilidades pelas decisões que conduziram ao processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo; e uma do PCP, para apuramento das responsabilidades dos Governos e das sucessivas administrações dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo pelas decisões que conduziram ao desmantelamento dessa unidade industrial, que foi rejeitada.

Sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito na sessão em apreço, consultar o ponto 2.3.2.

Tabela 14
Inquéritos Parlamentares

Autor	Transitados para XII/3ª	Entrados na XII/3ª	Aprovados	Rejeitados	Concluídos	Resolução AR
PAR	-	-	-	-	-	-
PSD	-	-	-	-	-	-
PSD/CDS-PP	2	-	-	-	1	-
PS	-	1	1	-	-	1
PS, PCP, BE, PEV	-	1	1	-	1	1
CDS-PP	-	-	-	-	-	-
PCP	-	1	-	1	-	-
BE	-	-	-	-	-	-
PEV	-	-	-	-	-	-
Total	2	3	2	1	2	2

4.6 Declarações Políticas e Direito Individual do Deputado

Cada GP tem direito a produzir, semanalmente, uma declaração política, devendo comunicar essa intenção à mesa até ao início da respetiva reunião. Nesta sessão legislativa, foram produzidas 133 declarações políticas, número muito inferior ao registado em período homólogo da sessão anterior – 183.

O Direito Individual de Deputado foi exercido por duas ocasiões, por Deputados do PS, a Deputada Isabel Alves Moreira, em 11 de junho de 2014, para crítica às decisões do Tribunal Constitucional, e o Deputado Jorge Lacão, em 14 de fevereiro de 2014, sobre uma reforma no funcionamento das comissões de inquérito com vista à adoção de soluções que promovam a isenção dos relatórios e conclusões produzidos.

Tabela 15
Declarações Políticas e Direito Individual do Deputado

Autor	Declarações Políticas ¹⁸	Direito Individual do Deputado ¹⁹
PSD	24	-
PS	27	2
CDS-PP	23	-
PCP	28	-
BE	22	-
PEV	9	-
Total	133	2

¹⁸ Ao abrigo da alínea a) do n.º 112 do artigo 76º do RAR.

¹⁹ Ao abrigo do n.º 2 do artigo 76º do RAR.

QUADRO DE CORRESPONDÊNCIAS DE SIGLAS UTILIZADAS

AC	- Administração Central
ALRA	- Assembleia Legislativa da Região Autónoma
AL	- Administração Local
AP	- Administração Pública
AR	- Assembleia da República
BE	- Bloco de Esquerda
CDS-PP	- Centro Democrático e Social / Partido Popular
DR	- Diário da República
EI.	- Entidade Independente
ENT.	- Entidade
GP	- Grupos Parlamentares
LEG.	- Legislatura
PAR	- Presidente da Assembleia da República
PJL	- Projeto de Lei
PJR	- Projeto de Resolução
PPR	- Proposta de Resolução
PPL	- Proposta de Lei
PEV	- Partido Ecologista “Os Verdes”
PCP	- Partido Comunista Português
PSD	- Partido Social-Democrata
PS	- Partido Socialista
PR	- Presidente da República
R.	- Reuniões
RA	- Região Autónoma
RAR	- Regimento da Assembleia da República
VD	- Votação Deliberação
VG	- Votação Generalidade
VFG	- Votação Final Global

Ficha Técnica

Para a generalidade das tabelas foi utilizada a Base de Dados PLC. Foram ainda utilizadas em complemento as seguintes fontes:

- Tabela 1 - Base de Dados Gestão dos Órgãos e Deputados Eleitos (GODE);
- Tabela 2 - Gabinete do Presidente da Assembleia da República;
- Tabelas 4 e 5 - Divisão de Apoio às Comissões.

Título:

Actividade Legislativa e Parlamentar: XII Legislatura / 3.ª Sessão Legislativa (15 de Setembro de 2013 a 25 de Julho de 2014).

Documento elaborado por:

Dalila Maulide, Graciette Dias, Rui Brito, Teresa Abraúl e Teresa Meneses.

Capa:

Nuno Timóteo.

Data de Publicação:

Julho de 2014.